



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A8 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 13 de maio de 2016

MPE quer fiscalizar postos de combustíveis

Objetivo é verificar se os estabelecimentos têm o projeto de combate a incêndio, aprovado pelo Corpo de Bombeiros

Juliana Moura

O Ministério Público Estadual (MPE) inspecionará os postos de combustíveis de Aracaju para verificar se os estabelecimentos têm o projeto de combate a incêndio e pânico, aprovado pelo Corpo de Bombeiros de Sergipe (CB/SE). Segundo a promotora da Defesa do Consumidor, Euza Missano, o MPE já solicitou ao CB a relação nominativa dos postos para que as fiscalizações sejam iniciadas.

“Já cobramos, por exemplo, ao Teatro Tobias Barreto e à rede hospitalar de Aracaju o cumprimento da legislação que exige o projeto de combate a incêndio e



FOTOS: LINDVALDO RIBEIRO/CS

SEGUNDO PROMOTORA DE JUSTIÇA, FISCALIZAÇÕES FORAM MOTIVADAS PELA GRANDE QUANTIDADE DE DENÚNCIAS

pânico aprovado pelo Corpo de Bombeiros para que o local possa funcionar regularmente e, agora, vamos fiscalizar os postos de combustíveis. Já solicitei em ofício ao Corpo de Bombeiros a relação nominativa dos postos para que as fiscalizações possam começar. Com isso, vamos verificar as condições de segurança de cada posto”, disse.

• Denúncias

Ainda de acordo com Missano, as fiscalizações nos postos de combustíveis foram motivadas pela grande quantidade de denúncias que foram feitas. A promotora ressalta também que o projeto de combate a incêndio e pânico aprovado pelo CB/SE é imprescindível para os estabelecimentos, já que ele garante a segurança do local para os trabalhadores e consumidores.

“Por causa das denúncias, iniciaremos as fiscalizações nos postos porque os estabelecimentos precisam ter o projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, garantindo a segurança do local para os trabalhadores e usuários consumidores. Além disso, em breve, também fiscalizaremos as casas de shows da capital”, conclui Euza Missano.

■ Ministério Público já solicitou ao CB a relação nominativa dos postos para que as fiscalizações sejam iniciadas